

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
 1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
 2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
 3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
 1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
 2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
 3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2019

BLOCO LIBERDADE E PROGRESSO (PSD, PSL, PTB, PATRI, PRP e DEM)	
Líder	Deputado Cássio Soares
Vice-Líderes	Deputado Delegado Heli Grilo Deputado Doorgal Andrada Deputada Ione Pinheiro Deputado Zé Reis

BLOCO DEMOCRACIA E LUTA (PT, PR, Rede, Psol, Pros e PCdoB)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputada Andréia de Jesus Deputada Ana Paula Siqueira Deputado Elismar Prado Deputado Léo Portela

BLOCO MINAS TEM HISTÓRIA (MDB, PV, PRB, PDT, PODE e DC)	
Líder	Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes	Deputado Charles Santos Deputado Glaycon Franco Deputado Douglas Melo Deputado Neilando Pimenta

BLOCO SOU MINAS GERAIS (PSDB, PPS, PP, PSC, NOVO, AVANTE, PSB, SOLIDARIEDADE e PHS)	
Líder	Deputado Gustavo Valadares
Vice-Líderes	Deputado Fávio Avelar de Oliveira Deputado Fernando Pacheco Deputado Gil Pereira Deputado Raul Belém Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Inácio Franco

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Ulysses Gomes

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Luiz Humberto Carneiro
Vice-Líderes	Deputado Guilherme da Cunha Deputado Bosco

	Deputado Roberto Andrade Deputado Coronel Sandro Deputado Gustavo Mitre
--	---

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	
Deputado Bosco	Avante – BSMG	
Deputada Leninha	PT – BDL	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BMTH	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BMTH	Presidente
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	Presidente
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	
Deputado André Quintão	PT – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BSMG	Presidente
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	

Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado João Leite	PSDB – BSMG
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bartô	Novo – BSMG	Presidente
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Presidente
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Paulo	PATRI – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Presidente
Deputada Leninha	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL
Deputada Marília Campos	PT – BDL
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputada Leninha	PT – BDL	
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	Presidente
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	Presidente

Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	Presidente
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	PsoI – BDL	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	Presidente
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Presidente

Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH	
Deputado André Quintão	PT – BDL	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	
Deputado Doutor Paulo	Patri – BLP	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	Presidente
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Léo Portela	PR – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Bartó	Novo – BSMG	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Léo Portela	PR – BDL	Presidente
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	
Deputado Léo Portela	PR – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Charles Santos	PR – BDL	

SUMÁRIO

- 1 – EMENDA À CONSTITUIÇÃO**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
8 – ERRATAS

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 99, DE 12 DE MARÇO DE 2019

Altera o art. 54 da Constituição do Estado.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do § 4º do art. 64 da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O *caput* do art. 54 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentado ao artigo o seguinte § 4º:

“Art. 54 – Os Secretários de Estado, os dirigentes das entidades da administração indireta e os titulares dos órgãos diretamente subordinados ao Governador do Estado comparecerão, quadrimestralmente, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada, às comissões permanentes da Assembleia Legislativa, para prestarem, pessoalmente, informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos no quadrimestre anterior, nos termos de regulamento da Assembleia Legislativa.

(...)

§ 4º – Sem prejuízo do disposto no *caput*, a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar qualquer dos agentes públicos mencionados no *caput* para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 12 de março de 2019; 231º da Inconfidência Mineira e 198º da Independência do Brasil.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Vice-Presidente

Deputado Cristiano Silveira – 2º-Vice-Presidente

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 3º-Vice-Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

Deputado Arlen Santiago – 3º-Secretário



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/2/2019

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de documentos referentes aos Projetos de Lei nºs 46807/2017 e 5.333/2018, necessários

à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 5.241/2018, 7, 15, 22, 26, 43, 58, 149 e 179/2019, Propostas de Emenda à Constituição n°s 53/2018, 4, 5 e 12/2019, todos em 1º turno, Projetos de Lei n°s 271, e 319/2019, ambos em turno único (deputada Ana Paula Siqueira); Projetos de Lei n°s 4.673/2017, 6, 19, 84, 133, 136, 140, 174, 182, 190 e 316/2019 e Proposta de Emenda à Constituição n° 48/2017, todos em 1º turno, Projeto de Lei n° 270/2019, em turno único (deputado Bruno Engler); Projetos de Lei n°s 3, 16, 31, 55, 92, 172, 173 e 321/2019, Propostas de Emenda à Constituição n°s 1, 7 e 13/2019, todos em 1º turno, Projetos de Lei n°s 5.328/2018, 1, 357, 422 e 425/2019, todos em turno único (deputada Celise Laviola); Projetos de Lei n°s 813/2015, 5.356/2018, 2, 10, 12, 18, 23, 39, 53, 62, 145, 155, 307/2019, todos em 1º turno, e 424/2019 em turno único (deputado Charles Santos); Projetos de Lei n°s 11, 20, 46, 150, 367 e 368/2019, Propostas de Emenda à Constituição n°s 6 e 8/2019, ambos em 1º turno, Projetos de Lei n°s 304, 430, 432, e 433/2019, todos em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei n°s 2.914/2015, 5.227/2018, 24, 32, 37, 38, 40, 72, 89, 101, 187 e 196/2019, Propostas de Emenda à Constituição n°s 54/2018, 2, 3, 10, e 14/2019, todos em 1º turno, Projetos de Lei n°s 417 e 436/2019, em turno único (deputado Guilherme da Cunha); Projetos de Lei n°s 1.477/2015, 5.509/2018, 13, 36, 44, 50, 51, 54, 143, 171, 177, 192 e 218/2019, todos em 1º turno, 389, 423, e 431/2019, em turno único (deputado Zé Reis). O deputado Dalmo Ribeiro Silva abdica da relatoria do Projeto de Lei n° 367/2019 e designa como relator o deputado Guilherme da Cunha. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos requerimentos de diligência referentes aos Projetos de Lei n°s 14, 24, 174, 178, 268, 293, 295, 296, 391, 410, 459, 462, 463, 464, 466, 467, 535, 591, 593, 595 a 597, 600, 605 a 607, 610 a 613, 619, 628, 629, 630, 663, 664, 718 a 721, 729, 732, 736, 738, 739, 741, 743, 756, 759, 761, 763, 828, 845, 846, 847, 885 a 890, 923, 965 a 968, 970, 973, 975, a 977, 979 a 982, 986 a 988, 995, 996, 998, 1.010, 1.047, 1.049, 1.075, 1.080 a 1.082, 1.104, 1.107, 1.125, 1.133 a 1.135, 1.173, 1.184, 1.186, 1.192, 1.206, 1.211, 1.263, 1.294, 1.297, 1.322, 1.337 a 1.345, 1.381, 1.383, 1.392, 1.393, 1.396, 1.403, 1.404, 1.407 a 1.410, 1.412 a 1.415, 1.426, 1.428, 1.430, 1.432, 1.434, 1.445 e 1.446/15, 3.879, 3.788, 3.712 e 3.221/16, 3.994, 4.051, 4.408, 4.409, 4.491 e 4.719 e 4.764/2017, 4.422, 5.104 e 5.023/18. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição n° 8/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) na forma do Substitutivo n° 1, e pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei n° 2.914/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha), ambos em 1º turno. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo n° 1 dos Projetos de Lei n°s 813/2015 (relator: deputado Charles Santos); 4.673/2017 (relator: deputado Bruno Engler); e 5.241/2018 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), todos no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista dos três projetos ao deputado Guilherme da Cunha. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei n°s 5.227/2018, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública de Minas Gerais, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 5.356/2018, à Secretaria de Estado de Governo e 3/2019, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O parecer sobre o Projeto de Lei n° 1.477/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Zé Reis. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projeto de Lei n° 5.328/2018 (relatora: deputada Celise Laviola). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento n° 379/2019, das deputadas Celise Laviola e Ana Paula Siqueira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Guilherme da Cunha, Zé Reis, Ana Paula Siqueira, Charles Santos e Bruno Engler, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com as comissões de Administração Pública, Fiscalização Financeira e Orçamentária e

Saúde, para debater o Projeto de Lei nº 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências, e o Projeto de Lei nº 368/2019, que incorpora a Escola de Saúde Pública – ESP-MG – à estrutura da Secretaria de Estado de Saúde – SES. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola – Guilherme da Cunha – Charles Santos.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/2/2019**

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Rafael Repórter, renunciando à vaga de membro suplente da comissão, e do deputado Cássio Soares, líder do Bloco Liberdade e Progresso, indicando o deputado Leandro Genaro como membro suplente na referida vaga. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas entre parênteses: do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (23/1/2019); da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (31/1/2019); e do Sr. Bruno Nunes Sad, secretário substituto da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia (14/2/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 227/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Nova Lima para debater os riscos de rompimento da Barragem de Rejeitos B3/B4, das Minas Mar Azul e Vargem Grande, do Complexo Vargem Grande, administradas pela Vale.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 33/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância do livro *Qual o valor do meio ambiente*: previsões normativas de parâmetros para a valoração econômica do bem natural impactado pela atividade minerária, de autoria de Lyssandro Norton Siqueira;

nº 50/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita à Mineração Ibirité – MIB –, no Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, para conhecer e averiguar o estado das estruturas existentes no empreendimento e os impactos causados à população e ao meio ambiente pela atividade minerária realizada no local, tendo em vista a proximidade com a Mina Córrego do Feijão, da Vale;

nº 55/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita ao Projeto Conservador de Águas, no Município de Extrema, uma iniciativa pioneira no País e por diversas vezes premiada no Brasil e no mundo, para conhecer os resultados obtidos do ponto de vista hídrico e ambiental decorrentes da execução do projeto;

nº 57/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Minas e Energia à Represa Bortolan – Ribeirão das Antas –, no Município de Poços de Caldas, para verificar as condições técnicas da represa da referida empresa e se elas são capazes de garantir a segurança da população e a proteção do meio ambiente em toda a região;

nº 60/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja realizada audiência pública para debater a recuperação das nascentes das bacias hidrográficas do Estado e fazer o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Recuperação das Nascentes das Bacias de Minas Gerais;

nº 61/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de medidas que visem à recuperação do Lago de Furnas, que se encontra com um dos níveis hídricos mais baixos de sua história;

nº 67/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco de rompimento da barragem Casa de Pedra, da mineradora CSN, em Congonhas;

nº 70/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a revitalização do Rio Jequitinhonha;

nº 96/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as consequências do rompimento da barragem de Brumadinho na qualidade da água na Bacia do Rio Paraopeba e suas implicações para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 146/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater os riscos de danos ambientais na região da mina de urânio em Caldas, hoje desativada, bem como as medidas já efetivadas e as que deverão ser adotadas para recuperação e descontaminação da área degradada e ainda a necessidade de adoção de medidas mitigadoras e de compensação ambiental para o município;

nº 319/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos nos municípios que integram a Bacia do Rio Paraopeba, tendo em vista o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 324/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Caeté para debater os impactos da retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 326/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao empreendimento minerário localizado na região da Serra da Piedade, no Município de Caeté, para verificar as condições da área na qual será retomada a atividade de mineração;

nº 329/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita à Mina Engenho, no Município de Rio Acima, para apurar as condições de abandono em que se encontra o empreendimento, único do Estado a ser considerado de alto risco de vazamento;

nº 343/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam atendidas as solicitações do Sr. Carlos Francisco Lobato, notadamente quanto à preservação do Rio São Francisco, diante do ocorrido no Município de Brumadinho em 25/5/2019;

nº 344/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento das apurações solicitadas pelo Sr. José Afonso de Almeida em 6/11/2017, na ouvidoria desse órgão, quanto às condições de segurança de represa de rejeitos de minério mantida pela mineradora Anglo Gold na região de Sabará;

nº 345/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria de Defesa da Fauna – Cedef –, do Ministério Público do Estado, pedido de providências para que investigue a operação da Polícia Rodoviária Federal, em Brumadinho, que resultou no abate, com uso de arma de fogo, de animais que estavam ilhados em meio à lama;

nº 346/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o abate de animais com uso de arma de fogo durante as operações de resgate em Brumadinho, especificando se esse órgão autorizou a Polícia Rodoviária Federal a realizar disparos de arma de fogo contra os animais que ficaram ilhados em decorrência do rompimento da barragem;

nº 347/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao coordenador de Defesa Civil pedido de informações sobre o abate de animais com uso de arma de fogo durante as operações de resgate em Brumadinho, especificando se esse órgão autorizou a Polícia Rodoviária Federal a realizar disparos de arma de fogo contra os animais que ficaram ilhados em decorrência do rompimento da barragem;

nº 348/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre o abate a tiros dos animais que estavam atolados na lama em decorrência do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 28/1/2019, por agentes dessa corporação, especificando se houve autorização da chefia da Polícia Rodoviária Federal para a utilização de armas no local, se o abate dos animais que estavam na área atingida pela lama integra as atribuições funcionais do policial rodoviário federal, quantos disparos de arma de fogo foram feitos pelos policiais e quais armas foram utilizadas para o abate;

nº 351/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantas carvoarias a ArcelorMittal possui em Minas Gerais e qual a capacidade de produção de cada uma delas;

nº 352/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que têm aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não têm aterros sanitários licenciados;

nº 353/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais empresas do setor de ferroligas assinaram termo de ajustamento de conduta com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nº 354/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais empresas, entre as que possuem licenciamento ambiental em nosso Estado, têm contrato com a empresa TUV SUD para a prestação de serviços de certificação de segurança, notadamente as mineradoras que têm barragens de rejeitos;

nº 355/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as empresas que estão devidamente cadastradas para a prestação de serviços de consultoria para mineradoras e emitem certificados que atestam a estabilidade e segurança de barragens de rejeitos que estão instaladas no Estado, especificamente: o nome das empresas que prestam esse tipo de consultoria para mineradoras; para quais mineradoras prestam seus serviços; e quais barragens de rejeitos emitiram seus laudos;

nº 356/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências para que investigue a atuação da Polícia Rodoviária Federal em Brumadinho, que, entre outras ações, realizou o abate, mediante o uso de arma de fogo, de animais que estavam em meio à lama de rejeitos da barragem que se rompeu nesse município, apurando-se se os agentes respeitaram os limites de suas atribuições funcionais;

nº 362/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado à ArcelorMittal pedido de informações sobre os animais que foram retirados das cidades onde houve a evacuação de moradores como medida preventiva

devido ao risco de rompimento de barragem, especificando: a) quantos animais foram resgatados/evacuados em cada cidade; b) para onde esses animais foram levados; c) quantos e quais profissionais foram contratados para dar assistência a esses animais;

nº 363/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à ArcelorMittal pedido de informações sobre o volume de carvão e o tipo de madeira utilizados nas unidades da empresa, especificando o volume total utilizado, desse total o quanto é produzido pela própria ArcelorMittal e o quanto é adquirido no mercado, acompanhado de cópia detalhada de documento que comprove o volume total gasto por mês e o(s) fornecedor(es) da madeira e carvão adquiridos;

nº 364/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater as metodologias e critérios utilizados para atestar a estabilidade das barragens, as falhas existentes em cada método e apresentar sugestões para o aprimoramento dos critérios e métodos existentes;

nº 365/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações sobre os animais que foram resgatados em Brumadinho após o rompimento da barragem, bem como aqueles que foram retirados das cidades onde houve a evacuação de moradores como medida preventiva, especificando: a) quantos animais foram resgatados/evacuados em cada cidade; b) para onde esses animais foram levados; c) quantos e quais profissionais foram contratados para dar assistência aos animais;

nº 366/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vale pedido de informações sobre a condição de estabilidade das oito barragens classificadas, pela mineradora, como “zonas de atenção”, por estarem localizadas em núcleos urbanos, a saber: Barragem Capitão do Mato e Barragem Dique B, em Nova Lima; Barragem Taquaras no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima; Barragem Menezes 2, em Brumadinho; Barragem Laranjeiras, em Barão de Cocais; e Barragens Forquilha 1, 2 e 3, em Ouro Preto;

nº 367/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os certificados e laudos emitidos pelas empresas de consultoria que prestam serviços para mineradoras que possuem barragens de rejeitos instaladas em Minas Gerais, consubstanciado em cópia de todos os certificados e laudos emitidos nos últimos cinco anos relativos a cada barragem existente no Estado;

nº 368/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com os militares e cães do Pelotão de Busca e Salvamento com Cães, bem como com os militares e cães do 5º e do 8º Batalhões de Bombeiros Militar que menciona, pelo empenho, dedicação e coragem durante as ações de salvamento e busca das vítimas do rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 369/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em laudos que atestem a estabilidade da barragem de contenção de rejeitos em Riacho dos Machados e em análise sobre a presença de metais pesados, como o mercúrio, no material retido, tendo em vista que, segundo denúncias, há contaminação do lençol freático, constatada por análise das águas de 53 poços artesianos perfurados para atender às necessidades da atividade de extração de ouro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Raul Belém, presidente – Carlos Pimenta – Osvaldo Lopes.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9/2019, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/2/2019

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Inácio Franco, André Quintão e Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2019, no 2º Turno (relator: deputado Inácio Franco). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa os membros da comissão para a reunião extraordinária de hoje às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2019.

Inácio Franco, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/2/2019

Às 11h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento dos seguintes *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões: da Sra. Simone Pita, solicitando que esta comissão acompanhe e, se necessário, intervenha no curso de formação de Sargentos da Polícia Militar, para evitar a violação de direitos; e dos Srs. Fábio Cardoso de Araújo, solicitando ajuda desta comissão para os policiais militares dependentes do IPSM, devido à situação caótica em que se encontra o instituto; Alessandro Faria Xavier, encaminhando sugestão para que a comissão faça um debate sobre a situação dos assistentes executivos de defesa social e analistas executivos de defesa social; Denner Alexandre, solicitando ajuda desta comissão com relação à suspensão do curso para soldado da Polícia Militar faltando dois dias para a convocação, tendo em vista que vários candidatos pediram exoneração de cargos públicos, demissão de seus empregos e alguns vieram de outros Estados para a realização do referido curso. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 424/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Sr. André de Mourão Motta, juiz do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, pedido de providências para que o Sd. 1ª Cl PM Rodrigo Luiz Oliveira Webber, nº 125.681-7, seja transferido para Rio Novo, onde estava lotado na 4ª RPM, retornando-o ao *status quo ante*, cumprindo-se a decisão judicial exarada em sua integralidade;

nº 425/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precariedade da segurança pública no Município de São Francisco e região, em especial a falta de efetivo e deficiências das estruturas e suportes logísticos das Polícias Militar e Civil, a ausência de unidade local do Corpo de Bombeiros Militar, em que pese os frequentes registros de afogamentos e incêndios florestais, além dos reflexos da superlotação da unidade prisional localizada no município, somando-se a isso o fato de que, conforme requerimento do vereador Edmilson Pereira da Silva, da Câmara Municipal de São Francisco, nos finais

de semana, em virtude do plantão regionalizado, os policiais militares precisam se deslocar 180km até o Município de Januária para o encerramento de ocorrências, período em que a região fica desguarnecida;

nº 438/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que sejam atendidas as demandas do Município de São Francisco, encaminhadas pelo vereador Sargento Edmilson, entre as quais o reforço do efetivo policial, a destinação de novas viaturas compatíveis com o policiamento realizado na região, em grande parte em área rural, a elevação da 13ª Companhia Independente de Polícia Militar à categoria de batalhão; a criação e instalação de um pelotão de bombeiros militar na localidade, onde uma área já foi destinada a tal fim; e a construção de presídio regional e de centro de internação de menores em conflito com a lei;

nº 439/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para reforçar o efetivo policial da 5ª Região da Polícia Militar, com sede no Município de Uberaba, onde policiais militares cumprem dobra de escala no Praban, policiamento voltado apenas às instituições bancárias, no qual, durante a madrugada, percorrem rodovias como a BR-050, a BR-262 e a MG-427 até cidades próximas, para monitorarem locais próximos às agências, muitas vezes sem alimentação, água e acesso a banheiros;

nº 440/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam sanados, de imediato, os problemas relacionados à escalação de policiais militares na porta de instituições financeiras com coletes à prova de bala vencidos, sem o armamento e as viaturas adequados ao enfrentamento das ações criminosas envolvendo instituições bancárias em todo Estado e sem qualquer amparo logístico;

nº 467/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam sanados eventuais abusos cometidos pelo Comando do 34º Batalhão de Polícia Militar quanto à inobservância do direito dos militares ao descanso no turno após as 23 horas; sejam fornecidas munições químicas necessárias para o treinamento com arma de fogo – TCAF; disponibilizados coletes à prova de bala em substituição aos vencidos, assim como sejam executadas melhorias prediais e de logística, como a troca de extintores;

nº 468/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que sejam sanados, de imediato, os problemas detectados na prestação de serviço da empresa Nutrição Refeições Industriais Ltda., responsável pelo fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, aos presos e servidores públicos das unidades prisionais de Lagoa da Prata, Formiga e Arcos;

nº 469/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a Portaria nº 360/2019, do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, que determina procedimentos de controle para circulação de veículos com histórico de acidentes, e o impacto decorrente na política de segurança pública;

nº 470/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de trabalho dos assistentes e analistas executivos de defesa social que atuam nas unidades prisionais, mas não possuem as mesmas condições de trabalho dos agentes penitenciários, considerando-se sua importante atuação no sistema prisional;

nº 471/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Rio Acima para debater a segurança da população desse município e região, tendo em vista o risco de contaminação por rejeitos em caso de rompimento de uma barragem inoperante abandonada pela Mundo Mineração;

nº 472/2019, do deputado João Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Convenção Batista Mineira pela atuação na tragédia do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – João Leite.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 13/3/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35/2019, do deputado Bosco; 80/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 82/2019, do deputado Elismar Prado; 151/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; 175/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 179/2019, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.247/2017, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 59 e 81/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e 78/2019, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 44/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.518/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.170/2018, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 182/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 190/2019, do deputado Bruno Engler.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o uso do canabidiol no tratamento de epilepsias de difícil controle.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2/2019, do deputado Noraldino Júnior; 48/2019, do deputado Cristiano Silveira; e 75/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 174/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 180 e 181/2019, do deputado Raul Belém; e 199/2019, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2019, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andreia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 março de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 813/2015, do deputado Arlen Santiago, 2.013/2015, do deputado Elismar Prado, 2.123/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 2.873/2015, do deputado Arlen Santiago, 2.923/2015, do deputado Douglas Melo, 3.306/2016, do deputado Noraldino Júnior, 3.700/2016 e 4.673/2017, do deputado Léo Portela, 4.875/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., 5.179/2018, da deputada Ione Pinheiro, 5.241/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 136/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.370/2018****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto Dom Luciano Mendes de Almeida – IDL – Próvida, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 24/8/18 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.370/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Dom Luciano Mendes de Almeida – IDL – Próvida, com sede no Município de Belo Horizonte.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alteração registrada em 20/2/19), o art. 34 veda a remuneração de seus dirigentes; e os arts. 41 e 45 determinam que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênere com personalidade jurídica e registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.370/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente e relator – Ana Paula Siqueira – Bruno Engler – Celise Laviola – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Zé Reis.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 357/2019

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado João Magalhães, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores Comunidade Vilanovense – Comvilan –, com sede no Município de Manhuaçu.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 22/2/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 357/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores Comunidade Vilanovense – Comvilan –, com sede no Município de Manhuaçu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 32 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e com objetivo social semelhante ao da associação extinta; e o art. 35 veda a remuneração de seus dirigentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 357/2019 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola, relatora – Ana Paula Siqueira – Bruno Engler – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Zé Reis.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 422/2019

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado João Magalhães, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de São José do Bugre, com sede no Município de Bugre.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 16/2/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 422/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de São José do Bugre, com sede no Município de Bugre.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o § 2º do art. 5º veda a remuneração de seus dirigentes; e o § 2º do art. 47 estabelece que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal de Assistência Social, que atenda aos requisitos da Lei federal nº 13.019, de 2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil).

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 422/2019 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola, relatora – Ana Paula Siqueira – Bruno Engler – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Zé Reis.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 498/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria dos Noraldino Júnior e Fred Costa, o Projeto de Lei nº 498/2015, “dispõe sobre medidas de prevenção e combate à violência contra profissionais do ensino no Estado.”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/3/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia.

Preliminarmente, vem a matéria a esta comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Cabe, ainda, a esta comissão se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 1.054/2015, de autoria do deputado Sargento Rodrigues e sobre o Projeto de Lei nº 1.313/2015, de autoria do deputado Carlos Henrique, nos termos do art. 173, §2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende instituir normas para promover a segurança, a prevenção e a proteção aos profissionais do ensino, tendo em vista o aumento da violência física ou moral contra integrantes do magistério no Estado.

De acordo com o projeto, as instituições de ensino do Estado deverão: estimular seus docentes e discentes, familiares e comunidade a promover atividades de reflexão e análise da violência contra os profissionais do ensino; adotar medidas preventivas e corretivas para situações em que profissionais do ensino, em decorrência de suas funções, estejam sendo vítimas de violência, ou em que sua integridade física ou moral esteja sob risco; estabelecer, em parceria com a comunidade escolar, normas de segurança, prevenção e proteção de seus educadores como parte de sua proposta pedagógica; motivar os discentes a participar das decisões disciplinares da instituição sobre segurança, prevenção e proteção aos profissionais do ensino; e demonstrar à comunidade que o respeito aos educadores é indispensável ao pleno desenvolvimento pessoal dos educandos.

Nos termos do art. 3º do projeto, as medidas de segurança, proteção e prevenção de atos de violência e constrangimento aos educadores deverão incluir campanhas educativas na comunidade escolar e na comunidade em geral, afastamento temporário ou definitivo, conforme a gravidade do ato praticado pelo aluno ou funcionário infrator, a transferência do infrator para outra escola a juízo das autoridades educacionais e a licença temporária do educador que esteja em situação de risco em suas atividades profissionais sem perda dos vencimentos.

Por fim, a proposição prevê que em caso comprovado de violência contra o profissional do magistério que importar dano material ou moral, responderão solidariamente a família do ofensor, se menor, o ofensor e a instituição de ensino.

O projeto de Lei nº 1.313/2015 dispõe sobre “a obrigatoriedade de disciplina no trato com os professores para alunos da rede estadual de ensino.”. A proposta prevê que a criança e o adolescente, na condição de estudantes, terão o dever de observar os códigos de ética e de conduta da instituição de ensino a que estiverem vinculados, sob pena de suspensão.

O projeto estabelece que, no caso de reincidência grave por parte do aluno, a escola deverá providenciar o seu encaminhamento a autoridade judiciária e a lavratura de boletim de ocorrência policial. Obriga-se, também, a instituição de ensino na qual o aluno indisciplinado se encontra matriculado, a registrar, em seu histórico escolar, notas de advertência e relatos de indisciplinas.

Já o projeto nº 1.054/2015 prevê que os estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação ficam obrigados a adotar medidas disciplinares que garantam a responsabilização de alunos por atos de indisciplina e que intencionalmente causem risco ou dano ao patrimônio e à integridade física, psicológica ou moral dos membros da comunidade escolar ou dano aos equipamentos, materiais e instalações escolares.

Apresentada uma breve síntese das proposições, passamos a analisar os aspectos jurídicos que cercam o tema.

Cabe esclarecer que supervenientemente à apresentação das proposições em exame, esta Casa Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 3.874/2016 que “estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais.”.

A referida proposição, aprovada pela Assembleia Legislativa em julho de 2017, deu origem à Lei Estadual nº 22.623, de 27 de julho de 2017, a qual se encontra plenamente em vigor.

Da leitura da citada lei estadual constata-se que as medidas pretendidas pelas proposições ora em exame já se encontram por ela contempladas.

O art. 1º da citada lei estadual prevê que “considera-se violência contra o servidor profissional da educação qualquer ação ou omissão decorrente, direta ou indiretamente, do exercício de sua profissão, que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, dano psicológico ou psiquiátrico, incluída a ameaça a sua integridade física ou patrimonial.”.

O art. 3º já criou várias medidas de prevenção e combate à violência nas escolas, entre elas a realização de seminários e debates anuais nas escolas sobre o tema da violência no ambiente escolar, com a participação de alunos e funcionários da escola e da comunidade; a realização de seminários e palestras informando os procedimentos a serem adotados em caso de violência ou ameaça de violência no ambiente escolar, contando com o envolvimento dos servidores das escolas e das superintendências regionais de ensino; a inclusão dos temas da violência no ambiente escolar e da cultura da paz no currículo e no projeto político-pedagógico da escola; a criação de equipe multidisciplinar nas superintendências regionais de ensino para mediação de conflitos no âmbito das escolas estaduais e acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar; a promoção de formação para os agentes públicos que serão responsáveis pelos procedimentos definidos na lei; a criação e a manutenção de protocolo on-line para registro de ameaça ou agressão física ou verbal, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação, nas escolas e nas superintendências regionais de ensino.

O art. 4º já regulamenta todas as providências a serem adotadas pelas escolas na hipótese de prática de violência física contra o servidor, exigindo que a chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, acione imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência, prevendo ainda outras várias providências a serem adotadas dentro de determinados prazos, entre elas o encaminhamento do servidor agredido ao atendimento de saúde; o acompanhamento do servidor agredido ao estabelecimento de ensino, se necessário, para a retirada de seus pertences; no caso de violência praticada por aluno menor de dezoito anos, comunicar o fato ocorrido aos pais ou ao responsável legal do agressor e acionar o Conselho Tutelar, observado o disposto na Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009, e o Ministério Público; comunicar oficialmente, por escrito, à superintendência regional de ensino a agressão ocorrida; informar ao servidor os direitos a ele conferidos por esta lei, em especial sobre o protocolo on-line, entre várias outras medidas já especificadas de forma detalhada na citada lei estadual.

Diante da superveniência da Lei Estadual nº 22.623, de 27 de julho de 2017, entendemos que as propostas ora em análise não possuem mais o requisito da inovação no mundo jurídico, razão pela qual opinamos pela sua antijuridicidade.

Por fim, especificamente quanto ao art. 5º do Projeto de Lei nº 498/2015, há que se destacar que descabe ao Estado a competência para legislar sobre responsabilidade civil por danos morais e materiais causados pelos alunos ao profissional do magistério. Tal matéria encontra-se inserta na seara do direito civil, tratando-se de competência privativa da União para sobre ela legislar, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 498/2015.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola, relatora – Ana Paula Siqueira – Bruno Engler – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Zé Reis.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.076/2018**Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em análise dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar as áreas correspondentes ao Município de Pedra Dourada.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Vem agora a matéria a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.076/2018 determina a desafetação do trecho da Rodovia AMG-900 compreendido entre o Km 12 e o Km 13 e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra Dourada a área correspondente a esse trecho rodoviário, a fim de que passe a integrar o perímetro urbano municipal.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça observou, entre outras questões, que estradas e rodovias são bens de uso comum do povo e que a transferência do citado trecho ao patrimônio do município não implica alteração em sua natureza jurídica, uma vez que ele continuará inserido na comunidade como meio de passagem pública. Embora não tenha vislumbrado óbices à tramitação da matéria, aquela comissão apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de adequar a extensão do trecho rodoviário objeto de desafetação, especificar a redação da cláusula de destinação, incluir cláusula de reversão e adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Já esta comissão, a fim de melhor subsidiar sua análise, solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais – Seccri – para que se manifestasse sobre a existência ou não de algum óbice à transferência de domínio pleiteada. Em resposta, a Seccri encaminhou manifestação favorável da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, na qual os órgãos justificam que o segmento possui características urbanas, o que permitiria sua doação ao município demandante.

Lembramos que a proposição em análise é autorizativa e lega à discricionariedade do Poder Executivo fazer tal doação. Se efetivada, os trechos passarão para a jurisdição municipal, serão inseridos no perímetro urbano e caberá ao município a responsabilidade por sua manutenção e conservação.

Assim, do ponto de vista que compete a esta comissão analisar, entendemos, dados os elementos já apresentados, que a transferência de domínio não trará prejuízos à política pública estadual de transportes e ainda permitirá economia de recursos do tesouro estadual, motivos por que somos favoráveis à aprovação da proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.076/2018 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de março de 2019.

Léo Portela, presidente – Celinho Sintrocel, relator – Cleitinho Azevedo.

 **MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Aguinaldo Diniz Filho por sua posse como presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas, bem como com os demais membros da nova diretoria (Requerimento nº 44/2019, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o pastor Wherks Lacerda pela passagem do seu 41º aniversário (Requerimento nº 54/2019, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Nehemias Gaspar Araújo pela passagem do seu 43º aniversário (Requerimento nº 55/2019, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Sr. Francisco Osvaldo Pereira dos Reis, o Pequetito, pela comemoração de seus 40 anos como radialista (Requerimento nº 68/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg – por ter se destacado entre as cooperativas do Estado frente à crise econômica nacional, conforme matéria publicada no jornal *O Tempo*, em 30/1/2019 (Requerimento nº 69/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Unimed São Sebastião do Paraíso pelos seus investimentos em infraestrutura própria e pelo novo prédio para as instalações do Espaço Viver Bem, conforme matéria publicada no jornal *O Tempo*, em 30/1/2019 (Requerimento nº 76/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o programa de rádio *A Voz do Produtor* pelos serviços prestados aos cafeicultores e ao público consumidor de café no Estado, contribuindo grandemente para o agronegócio mineiro (Requerimento nº 109/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o Sr. Stanley Savoretti de Souza pelo brilhante trabalho de pesquisa, realizado no Estado, sobre a imigração italiana (Requerimento nº 110/2019, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Sr. Luiz Calistro Balestrassi por sua atuação destacada na área da saúde reconhecida agora com sua inclusão no Prêmio 100 Mais Influentes da Saúde, que acontece na Feira Premium Sahe – South America Healthcare Exhibition (Requerimento nº 121/2019, do deputado Ulysses Gomes).

 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 5/2/2019, que nomeou Ebe Marlene Martins de Oliveira, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1º/3/2019, que nomeou Marcelo Torres de Paula, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 22/2/2019, que nomeou Pedro Henrique Andrade de Paula, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

exonerando Valeska Larcher de Aragão, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Álvaro de Oliveira Graça Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Liberdade e Progresso, vice-líder deputado Doorgal Andrada;

nomeando Eduardo Antônio Souza Lages, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Isabela Alline Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputada Andreia de Jesus;

nomeando José Helber Sarmento Bastos, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando José Maria de Oliveira, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Mariane de Oliveira Braga Santos, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Moises Silvestre Leal, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Suellem Carias da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

nomeando Sylvio da Silva Neves Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, a partir de 28/2/2019, Paula Fernandes Furbino Bretas do cargo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de técnico de apoio legislativo, padrão VL-41, classe II, código AL-TE, do quadro de pessoal desta Secretaria.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL 2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE BANCO DE PARECERISTAS

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação referente ao Edital nº 1, de 15 de janeiro de 2019 – Edital de Chamamento Público para Formação de Banco de Pareceristas, publicado no *Diário do Legislativo* de 16 de janeiro de 2019.

RELAÇÃO DE INSCRITOS APTOS AO CREDENCIAMENTO

Os inscritos considerados aptos serão contactados pela Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC – da Assembleia Legislativa para que possam assinar o Termo de Credenciamento.

A assinatura do referido termo não garante a contratação, que somente ocorrerá após sorteio entre os pareceristas credenciados, conforme o disposto no art. 3º da Ordem de Serviço nº 3, de 2017.

O sorteio é aberto ao público e será realizado no dia 24/4/2019, às 11 horas, no Teatro da Assembleia.

CATEGORIA I – ARTESANATO		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Adson Rodrigo Silva Pinheiro	78461
2	Ângelo Márcio Faria Turci	77810
3	Carolina Menezes Palhares	78216
4	Carolina Nogueira Machado	78035
5	Cíntia Mayumi de Carli Silva	77880
6	Fernanda Maziero Junqueira	78500
7	Flavio Barbosa da Silva	78559
8	Liszt Vianna Neto	78495
9	Mateus Portugal Jorge	78597
10	Pedro Portella Macedo	78537
11	Srilis Leonel Mourão	77827
12	Taciana Patrícia Ferreira Almeida	78177

CATEGORIA II – ARTES CÊNICAS/TEATRO		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Aline Mendes de Oliveira	77858
2	Altemar Gomes Monteiro	78419
3	Andreia Sofia Dias Marques	78335
4	Ângelo Márcio Faria Turci	77810
5	Anna Carolina Faria Lirio	78427
6	Bruno Vaz de Mello Magalhães	78578
7	Carlos Renato dos Santos	78043
8	Daniane Gonçalves Reis	78447
9	Daniele Lopes dos Santos	77881
10	Débora Silva de Azevedo	78387
11	Eder Sumariva Rodrigues	77746
12	Gabriel Gomes Cardoso	78091
13	Helen Cristina Patrício de Novais	77964
14	Ivania Kunzler	77840
15	Jader Vinício Corrêa	78407
16	Jussara Janning Xavier	78016
17	Liszt Vianna Neto	78495
18	Marcos Cesar Coletta Pereira	77943
19	Renata Fernandes Fontanillas	78036
20	Talita Jordina Rodrigues	77859
21	Vanessia Gomes dos Santos	78038
22	Myriam Campas de Faria	78485

CATEGORIA III – ARTES CÊNICAS/DANÇA		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Aline Mendes de Oliveira	77858
2	Ana Paula Apagaua Penido Vale	78205
3	Andreia Sofia Dias Marques	78335
4	Bruno Vaz de Mello Magalhães	78578
5	Carlos dos Santos Passos	77986
6	Gabriel Gomes Cardoso	78091

7	Joice Aline Orge	78266
8	Jussara Janning Xavier	78016
9	Liszt Vianna Neto	78495
10	Natália Marina Mendes	78207
11	Simone Christ Camargo	78267
12	Thiago Luiz de Oliveira da Silva Santos	77770
13	Vinícius Monteiro Lopes	77747

CATEGORIA IV – ARTES VISUAIS		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Adson Rodrigo Silva Pinheiro	78461
2	Aline Mendes de Oliveira	77858
3	Carolina Nogueira Machado	78035
4	Cintia Mayumi de Carli Silva	77880
5	Elvira Nóbrega de Faria Tobias	78492
6	Fernanda Maziero Junqueira	78500
7	Flavio Barbosa da Silva	78559
8	Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa	78354
9	Jader Vinício Corrêa	78407
10	Liszt Vianna Neto	78495
11	Michelle Antunes	78535
12	Paloma Santa Rosa Klein	78423
13	Pedro Portella Macedo	78537
14	Rosa Helena Rasuck	78268
15	Silvana Soares Silva	78538
16	Taciana Patrícia Ferreira Almeida	78177
17	Talita Jordina Rodrigues	77859

CATEGORIA V – MÚSICA ERUDITA		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Abel Raimundo de Moraes Silva	77895
2	Adriana Caldeira Cortes C Costa	78003
3	Andréa Peliccioni Sobreiro	78487
4	Andrei Jan Hoffmann Uller	78522
5	Antônio Lincoln Campos de Andrade	77981
6	Daiana de Oliveira Melo	78376
7	Daniel Lemos Cerqueira	77771
8	Edesio de Lara Melo	78410
9	Eduardo Hazan	78371
10	Estêvão Amaro dos Reis	77993
11	Fernando Martins de Castro Chaib	77835
12	Jonatas de Souza Reis	78257
13	Jonatha Maximiliano do Carmo	78489
14	Kamila Anna Druzd	78322
15	Leoni Werner Cesar Lino Campos	78221
16	Luiz Alberto Bavaresco de Naveda	78204
17	Marcelo Chiaretti	78222
18	Marcos Vinicius Lopes Albricker	78380
19	Miriam Bastos Rocha	77779

20	Rodrigo Guillermo Olivárez Olivares	78041
21	Sérgio Anderson de Moura Miranda	78046
22	Thais Maura Marques	78358

CATEGORIA VI – MÚSICA (EXCETO MÚSICA ERUDITA)		
	CANDIDATO	PROTOCOLO
1	Abel Raimundo de Moraes Silva	77895
2	Adriana Caldeira Cortes C Costa	78003
3	Amílcar Ferraz Farina	77911
4	Andréa Peliccioni Sobreiro	78487
5	Andrei Jan Hoffmann Uller	78522
6	Antônio Lincoln Campos de Andrade	77981
7	Carlos de Vasconcellos Didier	77834
8	Daiana de Oliveira Melo	78376
9	Daniel Lemos Cerqueira	77771
10	Edesio de Lara Melo	78410
11	Fernando Martins de Castro Chaib	77835
12	Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa	78354
13	Jonatas de Souza Reis	78257
14	Jonatha Maximiniano do Carmo	78489
15	Luiz Alberto Bavaresco de Naveda	78204
16	Marcelo Chiaretti	78222
17	Marcos Vinicius Lopes Albricker	78380
18	Maruça Rodrigues de Lima	77888
19	Myreika Lane de Oliveira Falcão	78471
20	Rafael Andrade Martini	78531
21	Rodrigo Guillermo Olivárez Olivares	78041
22	Sérgio Anderson de Moura Miranda	78046
23	Srilis Leonel Mourão	77827

RELAÇÃO DE INSCRITOS INAPTOS

O candidato considerado inapto ao credenciamento poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis, contados da publicação, no *Diário do Legislativo*.

O recurso deverá ser enviado para o e-mail selecao.cultural@almg.gov.br.

Não serão recebidos recursos apresentados fora do prazo de 13/3/2019 a 18/3/2019.

O resultado dos recursos e a relação final dos candidatos aptos ao credenciamento serão publicados no *Diário do Legislativo* e na página da internet da Assembleia Legislativa.

Esclarecimentos sobre a apresentação de recursos poderão ser obtidos na Gerência de Relações Institucionais – GRI.

Telefones: 2108.7305 ou 2108.7306 – das 8 horas às 18 horas.

E-mail: selecao.cultural@almg.gov.br

	CANDIDATO	PROTOCOLO	JUSTIFICATIVA
1	Agenor Carvalho	78541	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas V e VI.
2	Alexandre Augusto Perdigão	78256	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas I, II, IV e VI.
3	Amílcar Ferraz Farina	77911	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na categoria III.
4	Ana Carolina Amaral Guimarães	78482	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas I, II, IV e V.
5	Ana Cristina Dias	78440	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas II e III.
6	Ana Cristina Nunes de Gusmão	77842	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III, V e VI.
7	Ana Lucia Kobayashi	78338	Critério de capacidade técnica/experiência não atendido na área V.
8	Ana Paula Pinheiro de Barcellos	78255	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III, IV e VI.
9	Ângelo Márcio Faria Turci	77810	Critério de capacitação técnica/experiência não atendido na área III.
10	Arlinda Celeste Alves da Silveira	77788	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas V e VI.
11	Bruno César Alves Marcelino	77805	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, IV e VI.
12	Bruno Lelis de Souza Faria	78529	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III, IV e VI.
13	Bruno Vaz de Mello Magalhães	78578	Critério de capacitação técnica/experiência não atendido na área V.
14	Carlos de Vasconcellos Didier	77834	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas V.
15	Cássio Alves Bonfim	77891	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, III e IV.
16	Cesar Augusto Gomes Machado	78555	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área IV.
17	Dagmar Teixeira Bedê	77947	Critério de qualificação específica/formação não atendido na área II.
18	Daniela Correa Braga	77760	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área VI.
19	Débora Silva de Azevedo	78387	Critério de capacitação técnica/experiência não atendido na área III.
20	Elenor José Cecon Júnior	77886	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas II e III.
21	Elisa Algayer Casagrande	78328	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, III e IV.
22	Fabiane Ribeiro Santos	77946	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II e III.
23	Franklim Drumond de Almeida	78496	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, III e IV.
24	Gabriel Gomes Cardoso	78091	Critério de capacitação técnica/experiência não atendido na área IV.
25	Giancarlo Martins	77782	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas II e III.
26	Graziene da Silva Moreira	77819	Critério de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I e VI.
27	Helen Cristina Patrício de Novais	77964	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas III, V e VI.
28	Henry Alexandre Durante Machado	77971	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas I e VI.

29	Iago Veiga Confort Lorena	77781	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área VI.
30	Ivania Kunzler	77840	Critério de qualificação específica/formação não atendido na área III.
31	Jader Vinício Corrêa	78407	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área III.
32	Janice de Matos Pires	78523	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, III, IV, V e VI.
33	Juan Leandro Parada	78276	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I e IV.
34	Juliana Machado Oliveira	77748	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendido na área IV.
35	Kelly Cristina de Souza dos Santos	77778	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, III, IV e VI.
36	Lais Terçariol Vitral	77789	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III e VI.
37	Lanuzza Gonçalves de Lima	78312	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III e VI.
38	Leonardo da Conceição Serra	77832	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, II, III, IV, V e VI.
39	Lisete Bertotto Corrêa	78493	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas II e IV.
40	Lorena Cíntia Soares de Matos	77897	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I, III, IV e VI.
41	Luana Eva Belfi Stein	78450	Critério de qualificação específica/formação não atendido na área II.
42	Lucilene Neves França	78252	Critério de capacitação técnica/experiência não atendido nas áreas II, III IV e VI.
43	Luiz Alberto Bavaresco de Naveda	78204	Critério capacitação técnica/experiência não atendido nas áreas I, III e IV.
44	Maria Letícia Silva Ticle	77820	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas I e IV.
45	Maruça Rodrigues de Lima	77888	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I e V.
46	Mateus Portugal Jorge	78597	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas V e VI.
47	Myreika Lane de Oliveira Falcão	78471	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas IV e V.
48	Oderval Rodrigues de Oliveira Junior	77953	Critério de qualificação específica/formação não atendido nas áreas I, III, IV, V e VI.
49	Paloma Santa Rosa Klein	78423	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área VI.
50	Patricia Albuquerque dos Santos	77977	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III e VI.
51	Raquel Micas Soares	77759	Critérios de qualificação específica capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III, IV e VI.
52	Renata Fernandes Fontanillas	78036	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área III.
53	Rita de Cássia Brito Cupertino	77846	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área II.
54	Rosa Helena Rasuck	78268	Critério de qualificação específica/formação não atendido na área II.
55	Silvana Soares Silva	78538	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área II.
56	Silvana Terenzi Neuenschwander	77959	Critérios de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos na área I.
57	Taciana Ramalho Rodrigues	78409	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III e IV.
58	Tania Mara da Silva Moura	77800	Critério de qualificação específica e capacidade técnica não atendidos nas áreas I e IV.
59	Thiago da Silva Tavares	77883	Critério de capacidade técnica/experiência não atendido nas áreas I, II e IV.

60	Thiago Luiz de Oliveira da Silva Santos	77770	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área II.
61	Thiago Vetromille Ribeiro Gomes	77972	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos na área IV.
62	Valentina de Andrade Pires	78325	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas II, III e VI.
63	Wellington Bartholomeu Sampaio Mendes Junior	77761	Critérios de qualificação específica e capacitação técnica não atendidos nas áreas I, III e IV.

RELAÇÃO DE INSCRITOS ELIMINADOS

TODAS AS ÁREAS (I, II, III, IV, V e VI)			
JUSTIFICATIVA			
Processo de inscrição incompleto devido ao não envio da documentação exigida pelo disposto no item 3.3 b do edital.			
	PROTOCOLO	NOME	ÁREAS PLEITEADAS
1	77745	Carlos dos Santos Passos	III
2	77755	João Roberto Ripper Barbosa Gordeiro	IV
3	77766	Carlos de Barros Sugawara	II, V e VI
4	77767	Daniela Peixoto de Barros	II e III
5	77786	Igor Telles Rodrigues de Brito	IV e VI
6	77793	Mirthya Mark Lucena Guimarães	I, II e III
7	77803	Cenira Boaventura Schreiber	V
8	77856	Paula Carolina Betereli	I, II e IV
9	77864	Diógenes Alexandro Marques	II, III e V
10	77865	Nivaldo Batista Vital	II e III
11	77899	Lorena Cíntia Soares de Matos	I, III, IV e VI
12	77908	Marisia do Prado	II
13	77941	Thiago Augusto Cardoso de Oliveira	IV
14	77942	Marcos Cesafr Coletta Pereira	II
15	77945	Christiane Guimaraes de Araujo	III
16	77949	Ricardo Santos	II
17	77950	Júlio César Dias	V e VI
18	77955	Gabriela Spezzatto	III
19	77958	Marília Helena Silva	II
20	77962	Cecilia Bhering Magalhaes Pinto	IV e VI
21	77970	Lívia Ferolla	I, II, IV, V e VI
22	77974	Larissa Scarpelli Viana	II
23	77976	Itamara dos Santos Ribeiro	I e II
24	77997	Monica Christine Hubert Zafita	VI
25	78012	Luciana Eastwood Romagnolli	II
26	78015	Flaviana Lage dos Santos	IV
27	78017	Stanley Levi Nazareno Fernandes	V e VI
28	78030	Samuel Ramalho Cabral	IV, V e VI
29	78031	Dhionatan Victor Militani de Souza	VI
30	78047	Elisete Dias Xavier	V, VI
31	78048	Talita Maciel Freitas	I e IV
32	78072	Raquel Lacerda Caldeira Brant	II, III e IV
33	78092	Edna Maria de Almeida Araujo	IV
34	78113	Geraldo André da Silva	III e V
35	78121	Ricardo Ulpiano da Cruz Pereira	V
36	78139	Karla Danielle Santos de Oliveira	I
37	78141	Helder da Rocha Coelho	V, VI
38	78155	Shirley da Silva Rodrigues	II
39	78171	Vilmar oliveira de Jesus	I, IV
40	78193	Eduardo Lucas Goulart Swerts	V
41	78219	Claudio Augusto Lobo da Silva	II e IV
42	78302	Cristiane Peixoto Pederiva	II, III, IV
43	78327	Domingos Sávio Reale Pereira	IV
44	78333	Adriana Santana da Silva	I e IV

45	78334	Saulo Tironi Silva	I e IV
46	78379	Maria da Conceição Oliveira Campos	V
47	78381	Maria da Conceição Oliveira Campos	V
48	78382	Maria da Conceição Oliveira Campos	V
49	78432	Jonas do Carmo Silva	I, II e V
50	78434	Rafael Perpétuo de Souza	I, IV e VI
51	78439	Daniela Costa de Queiroz	I e IV
52	78444	Perla Vieira Horta de melo Machado	Sem indicação.
53	78446	Israel do Vale Neto	VI
54	78481	Lígia Marina de Almeida	II
55	78521	Janice de Matos Pires	I, III, IV, V e VI
56	78546	Berenice Menegale	V
57	78548	José Márcio de Oliveira Lara	IV
58	78549	Magno Cirqueira Córdova	VI
59	78553	Cesar Augusto Gomes Machado	IV
60	78554	Daiany Soares Sarmento	II e VI
61	78556	Bruna Michels	I e IV
62	78557	Leonardo da Conceição Serra	I, II, III, IV, V e VI
JUSTIFICATIVA			
Processo de inscrição preliminar realizado fora do prazo determinado no item 3.1 do edital.			
1	71634	Renata Marques Pereira Ruiz	II

Belo Horizonte, 12 de março de 2019.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/2/2019, na pág. 15, onde se lê:

“Moises Correira”, leia-se:

“Moisés Correia”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/2/2019, na pág. 17, onde se lê:

“Vera Lúcia Gauvão Pace”, leia-se:

“Vera Lúcia Galvão Pace”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/2/2019, na pág. 62, onde se lê:

“João Maximiniano”, leia-se:

“João Daniel Maximiano Pereira”.